



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14595 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE BRASÍLIA (1963): CONTEXTO, DISCUSSÕES E DESDOBRAMENTOS

Fernanda Luísa de Miranda Cardoso - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

### **SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE BRASÍLIA (1963): CONTEXTO, DISCUSSÕES E DESDOBRAMENTOS**

**Resumo:** Este trabalho busca compreender o contexto, as discussões e os desdobramentos do Simpósio de Educação Especial realizado na Universidade de Brasília, em 1963, sob a coordenação da professora cega Dorina de Gouvêa Nowill, à época diretora da Campanha Nacional de Educação dos Cegos do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O Simpósio visou conhecer e debater as demandas educacionais dos “excepcionais” para estabelecer programas de educação especial. Esse tipo de evento promovia a difusão e a circulação do conhecimento e era uma estratégia para a introdução e a manutenção do tema da educação especial na agenda pública brasileira. Parte-se do entendimento da função do conhecimento histórico para a compreensão da formação e para a avaliação de uma agenda pública. A pesquisa, de natureza histórica e documental, priorizou publicações da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e da Revista Lente, enquanto fontes primárias. Chamam a atenção, entre os resultados identificados, a participação do renomado educador Anísio Teixeira na abertura do evento; a discussão sobre a criação de um órgão nacional dedicado à educação especial; e, principalmente, o pioneirismo de uma pessoa com deficiência na organização de um Simpósio do MEC para discutir a educação especial brasileira.

**Palavras-chave:** Educação Especial, História da Educação, Agenda Pública, Dorina de Gouvêa Nowill.

## Introdução

De modo geral, este trabalho busca compreender o contexto, as discussões e os desdobramentos do Simpósio de Educação Especial, realizado nos dias 11 e 12 de setembro de 1963, na Universidade de Brasília, sob o patrocínio da Campanha Nacional de Educação dos Cegos do Ministério da Educação e Cultura, na direção executiva da professora cega Dorina de Gouvêa Nowill<sup>[1]</sup>. Parte-se do entendimento da função do conhecimento histórico tanto na mediação dos problemas sociais, quanto na formulação e na avaliação de políticas públicas de educação do tempo presente.

O contexto de realização desse Simpósio foi marcado pela vigência de um modelo de política social no Brasil conduzido por meio de Campanhas, implementado nas áreas da saúde e da educação, sobretudo, nas décadas de 1950 e 1960, de estrutura fragmentada, verticalizada e centralizada, a fim de atender demandas consideradas de caráter emergencial (PINTO, 2008; XAVIER, 2008). Na área da educação especial, foram implementadas a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (BRASIL,1957); a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais (BRASIL,1958), que, posteriormente, passou a denominar-se Campanha Nacional de Educação dos Cegos – CNEC (BRASIL,1960b), e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Mentais - CADEME (BRASIL, 1960a).

Pelo balanço da produção realizado por Cardoso e Martínez (2022) em artigos científicos publicados entre 2015 e 2020, pode-se observar uma produção científica restrita sobre o desenvolvimento da educação especial durante a década de 1960 no Brasil. Nesse sentido, vale destacar os trabalhos de Rafante (2016) e de Bezerra (2020) que abordaram a vinculação da CADEME à uma rede de apoio ligada a representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e da Sociedade Pestalozzi.

Destaca-se que os eventos dos tipos simpósios e congressos foram utilizados tanto como meio de difusão e de circulação do conhecimento sobre a educação especial, a fim de dar visibilidade e de tornar a temática um assunto público, quanto como estratégia para manter a educação especial na pauta da agenda pública brasileira. Uma agenda pública se forma quando um assunto prioritário de espaços e grupos privados é reconhecido como um problema social, alcança *status* de assunto público, e passa a ter prioridades governamentais (SCHATTSCHEIDER, 1960 apud CAPELLA, 2018; FUKS, 2000).

Além disso, nesses eventos circulava o conhecimento que estava sendo debatido no cenário global. Nessa perspectiva, devem ser considerados em conjunto: 1- a capacidade desses eventos de concentrar educadores, especialistas e técnicos de todo Brasil, inclusive agrupando pesquisadores de referência e profissionais com cargos de gestão pública na educação especial; 2- a participação de profissionais e especialistas brasileiros em eventos

fora do país, algumas vezes, oficialmente representando o Brasil e levando a experiência nacional; e 3- a participação de especialistas estrangeiros em eventos e cursos de formação nacionais.

## **Metodologia**

Este trabalho resulta de uma pesquisa de natureza histórica e documental, sob a influência do movimento francês da Escola dos *Annales* e da Nova História, que promoveram uma renovação historiográfica ao sustentar uma abertura para a abordagem interdisciplinar dos estudos históricos e a ampliação das temáticas e dos objetos de pesquisa, incluindo uma história dos considerados diferentes e dos marginalizados (BURKE, 1992; MAGALHÃES, 1998).

A partir da categoria de análise do intelectual de Sirinelli (1998), Dorina Nowill é compreendida na pesquisa tanto como uma intelectual criadora quanto mediadora. Para Sirinelli (1998, p. 261) o intelectual pode ser classificado entre criador e mediador cultural: “à primeira categoria pertencem os que participam de criações artística e literária ou no progresso do saber, na segunda juntam-se os que contribuem para difundir e vulgarizar os conhecimentos dessa criação e desse saber”.

Enquanto fontes de pesquisa, o trabalho priorizou as publicações da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e da Revista Lente, em um número comemorativo do Simpósio de Educação Especial. A Revista Lente era uma revista especializada sobre deficientes visuais produzida pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB), em São Paulo (SP). Registra-se que Dorina Nowill era tanto presidente dessa Fundação quanto diretora desta Revista.

## **Análise e discussão de resultados**

O objetivo do Simpósio de Educação Especial foi conhecer e debater “os problemas dos excepcionais para o estabelecimento de programas de educação especial” (REVISTA LENTE, 1963, p. 3). Entre os resultados identificados, chama a atenção a participação na abertura do evento do renomado educador, Anísio Teixeira, reitor da Universidade de Brasília (1963-1964), sede do evento. Com trajetória já consagrada na educação brasileira, à época do Simpósio, Anísio Teixeira também acumulava os cargos de Secretário Geral da Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior - CAPES (1951-1964); de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP (1952-1964); e de membro do Conselho Federal de Educação (1962-1967) (NUNES, 2010).

Vale destacar que as Campanhas da educação especial mencionadas estavam vinculadas ao MEC, mas não estavam vinculadas ao INEP, como outras campanhas da área da

educação, associadas a Anísio Teixeira, na direção desse Instituto. Essa diferenciação ressalta e demarca a educação especial ainda tratada de forma apartada da educação no geral, em um contexto em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já previa que “no que for possível, [o ensino dos “excepcionais” deveria] enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961).

No entanto, a realização desse Simpósio na capital do país, dentro de uma universidade e com abertura proferida por um educador de referência, certamente contribuiu para dar maior visibilidade à causa da educação especial e para que o assunto fosse pautado na agenda pública nacional. Na comissão organizadora do evento, além de Dorina Nowill (diretora executiva da CNEC), identificaram-se os nomes de dois especialistas universitários: Nair Lemos Gonçalves, livre docente da cadeira de Legislação Social da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e do estrangeiro Irving Miller, Professor Catedrático de Serviço Social da Universidade de Columbia, Nova Iorque (EUA), que vinha atuando como consultor da CNEC.

Além desses, registrou-se a participação de representantes de órgãos públicos, a exemplo do Instituto de Reabilitação da Universidade de São Paulo; do Instituto Municipal de Educação de Surdos de São Paulo, do Instituto Nacional de Surdos; da CNEC; do Serviço de Orientação e Educação Especial da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul; do Departamento Técnico de Educação Primária da Secretaria de Educação de Pernambuco; e do Instituto de Educação do Excepcional do Estado da Guanabara. Ainda estiveram presentes representantes de instituições filantrópicas, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); a Associação Brasileira da Criança Defeituosa; a Sociedade Pestalozzi do Brasil; e Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR).

Na ocasião, foram suscitadas e discutidas questões consideradas urgentes para esse público, como a criação de um órgão central, em nível nacional, dedicado à pesquisa, ao planejamento e ao financiamento de programas de educação e reabilitação dos excepcionais; a realização de um censo nacional dos excepcionais; a fixação de uma porcentagem de recursos financeiros destinados à educação especial, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1961), o incentivo à pesquisa; e o financiamento para cursos de capacitação de técnicos. Essas reivindicações, elaboradas pelos participantes, foram encaminhadas ao ministro da Educação e Cultura, Paulo de Tarso Santos, na forma de minuta de Decreto, e foram publicadas, na íntegra, pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Registra-se que o encerramento do Simpósio foi realizado pelo próprio ministro.

### **Considerações finais**

O trabalho se propôs a desvendar o contexto, as discussões e os desdobramentos do Simpósio de Educação Especial realizado na Universidade de Brasília, em 1963. Chamaram a

atenção, entre os resultados identificados, a participação de Anísio Teixeira na abertura do evento, pela sua representatividade na educação brasileira; a discussão sobre a criação de um órgão nacional dedicado à educação especial, à época inexistente; e, principalmente, o pioneirismo de Dorina Nowill, enquanto pessoa com deficiência, à frente de um evento do MEC para discussão da organização nacional da educação especial.

Identificaram-se os participantes do evento, seus respectivos vínculos institucionais e profissionais; se públicos ou privados; e as regiões do país representadas. Buscou-se compreender a discussão e os desdobramentos desse Simpósio tendo em vista que os temas discutidos contribuíram para que a educação especial alcançasse maior visibilidade tanto enquanto um assunto público quanto inserção na agenda pública brasileira. Além disso, subsidiaram a formulação de ações e políticas públicas em nível nacional, ainda incipientes naquele contexto.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Giovani Ferreira. Estratégias das Apaes federadas para impactar a educação e assistência dos excepcionais no Brasil: Uma análise histórica entre os anos de 1960 e 1970. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, p. 1–32, 2020. DOI: 10.14507/epaa.28.5140.

BRASIL. **Decreto nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957**. Institui a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro. Presidência da República. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (MEC), 1957.

BRASIL. **Decreto nº 44.236, de 1º de agosto de 1958**. Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (MEC), 1958.

BRASIL. **Decreto nº 48.252, de 31 de maio de 1960**. Altera dispositivos do Decreto nº 44.236, de 1.º de agosto de 1958. Presidência da República. Brasília: Ministério da Educação e Cultura (MEC), 1960b.

BRASIL. **Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960**. Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais. Brasília: Ministério da Educação e Cultura (MEC), 1960a.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-pl.html>. Acesso em: 11 abr. 2023.

BURKE, Peter. **A escrita da História: Novas perspectivas**, 1992.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2018.

CARDOSO, Fernanda Luísa de Miranda; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. História e historiografia da Educação Especial brasileira: um balanço da produção em artigos científicos (2015-2020). **Revista História da Educação**, v. 26, p. 1–39, 2022. DOI: 10.1590/2236-3459/113783. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/113783>. Acesso em: 8 abr. 2023.

FUKS, Mario. Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social. **Bib**, v. 49, n. lim, p. 79–94, 2000.

LEMOS, Edison Ribeiro. **Educação de Excepcionais - Evolução histórica e desenvolvimento no Brasil**. 1981. Tese para habilitação à Livre Docência - Universidade Federal Fluminense, Tese. (Livre docência) Faculdade de Educação - Departamento de Fundamentos Pedagógicos. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. *Em*: SOUSA, Cinthia Pereira De; CATANI, Denice Bárbara. (org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 51–69.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. (Coleção Educadores), 2010.

PINTO, Diana Couto. Campanha de aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário: uma trajetória bem-sucedida. *In*: **Campanha de aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário: uma trajetória bem-sucedida**. Coleção Inep 70 anos ed. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. v. 1.

RAFANTE, Heulalia Charalo. História e política da Educação Especial no Brasil: bases teórico-metodológicas e resultados de pesquisa. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 21, n. 2, p. 149–161, 2016. DOI: 10.24220/2318-0870v21n2a2786.

REVISTA LENTE. **Número comemorativo de Simpósio de Educação Especial**. v. VII, jun-set, n.º 22, 1963.

SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Out-dez, 1963.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 418.

XAVIER, Libânia Nacif. Qualificação de professores em três campanhas do Ministério da Educação no decênio 1950-1960. *In*: MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif (org.). **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos**

**1950/1960.** Coleção Inep 70 anos ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. v. 1p. 127–143.

---

[1]

Este trabalho traz resultados da tese de doutorado.